

# O PATRIMÓNIO E OS DOIS “II” – INTEGRAR OU IGNORAR. A PROPÓSITO DE A *POLÍTICA DO* *PATRIMÓNIO* DE MARC GUILLAUME

por

Deolinda Folgado\*

**Resumo:** O património, conceito cada vez mais extenso, aglutinando múltiplas e distintas realidades materiais, integrando paisagens e territórios, e o seu lugar e função nas sociedades actuais.

**Palavras-chave:** Património; tempo; memória.

**Abstract:** Heritage, a concept growing wider by the day, bringing together material realities both multiple and distinct, integrating landscapes and territories, and their place and function in modern day societies.

**Key-words:** Heritage; time; memory.

É assim com o nosso passado. Trabalho perdido procurar evocá-lo,  
todos os esforços da nossa inteligência permanecem inúteis. Está ele  
oculto, fora do seu domínio e do seu alcance, nalgum objecto material  
(na sensação que nos daria esse objecto material)  
que nós nem suspeitamos.

Marcel Proust, *Em Busca do Tempo Perdido*

---

\* Historiadora na área do património industrial. IPPAR. Departamento de Estudos (Lisboa).

## I. A ESPANTOSA REALIDADE DO PATRIMÓNIO!

O tempo retido nas páginas dos sete volumes de Marcel Proust leva-nos a percorrer, com detalhe, a memória dos afectos suportada por toda uma vivência cadenciada ao ritmo lento de cheiros, sons, conversas, cores, atmosferas, espaços e objectos, recordações que repõem uma ordem natural, por oposição ao efémero. É a vida suspensa, cativada na memória dos agentes intervenientes, que atribuem significado aos objectos próximos, objectos de toda a natureza, ainda integrados num destino significante, só possível através da sua natural inserção nas funções vitais desse tempo.

Ensinaram-nos a olhar e a reconhecer os objectos investidos com o valor de património cultural como entidades soltas, desgarradas de si e das relações que inequivocamente deveriam ter, também, entre si e entre os vários contextos que lhe deram vida, em oposição ao tempo descrito por Proust. O “património objectual” foi, e ainda é, tratado por todos como uma verdade adquirida e inquestionável. Uma verdade recente, é certo, mas completamente moldada por um devir todo ele assente em objectos, lançado pela incontornável sociedade de consumo, vulgo conhecida pelo bem estar, só possível através da produção em massa de produtos acessíveis a todos.

A satisfação que o consumo dos objectos possibilita ao sujeito, que é compulsivamente impelido a degustá-los, podemos dizer, que está na natureza de um novo tempo, sustentado por essa devoção ao concreto objectual, retirando-se desta relação unilateral um prazer isolado – relação sujeito-objecto – preenchendo o vazio do espiritual, exponencialmente em crescimento. O caminho aberto para um individualismo consentido e fomentado.

A valoração dos objectos adquiridos de imediato ou consumidos pela essência do sentir é coetânea e pertence, fundamentalmente, aos momentos das grandes mutações que rompem com uma escatologia ancestral. Uns são os objectos produzidos e vendidos pela industrialização e os outros são os objectos que a industrialização desvalorizou e desinvestiu de poder. Claro que esta referência vaga, e até leviana, a uma mudança estrutural económica tem, necessariamente, de estar associada a toda uma alteração dos agentes de decisão política, do fim do Antigo Regime e da Cultura por ele veiculada, predispondo e autorizando outros intervenientes sociais a comandar “democraticamente” os destinos desta mudança.

A Arte Pop que considera a cultura comercial como matéria-prima ou os objectos do quotidiano, vulgares e banais, como os alvos centrais de observância pictórica, por exemplo, é o expoente máximo da evidência objectual, pois releva e assevera aos objectos banalizados uma carga simbólica que só é entendível neste contexto histórico e cultural. Só, assim, se assimila como arte o quadro que alude à bandeira americana representada em *Três Bandeiras* (1958), de Jasper Jones, ou

os quadros de Andy Warhol dedicados às caixas *Brillo* (1964), repetições miméticas de um universo do produto inscrito até à exaustão, esgotando-se esse objecto, o seu consumo e a sua observação em si próprio, aliás, a sua transcendência radica, precisamente, na quantidade infindável de um mundo repostado por uma nova ordem do objecto inesgotável. Estes novos ícones culturais são aceites, reconhecendo-se neles um conceito de sociedade ao qual se atribui um significante de referência e de arte. É uma época inserida no universo da pós-modernidade, e do pós-segunda guerra mundial que glorifica um ciclo que se tinha iniciado cerca de duzentos anos antes, pelo menos. A banalidade tornada arte. Ainda, em 1973-74, Don Eddy representa e destaca esta obsessão pelo banal através da pintura acrílica *Sapatos Novos para H.* Eddy dá-nos uma montra repleta de reflexos urbanos e de sapatos, ordeiramente colocados para atrair olhares e consumidores, tal como os objectos de um museu, codificados e coisificados, transmitindo estímulos psicológicos próximos.

O reconhecimento pela comunidade científica, artística, de especialistas de arte, desta representação conceptual e semântica do mundo massificado e repetido, permitindo a sua entrada para o patamar da arte, ganhando um significado referente e de intervenção e interpelação social nas paredes de um museu, reconhecendo-se a sua atemporalidade, remete-nos para o paradoxo criado, muitas vezes, com a glorificação do objecto de arte ou de património, restando-nos, então, um outro objecto, artístico é certo, e que tão habilmente tinha integrado e criticado os outros objectos, função também remetida a si.

Se nos anos cinquenta-sessenta do século XX o objecto industrial ou os símbolos produzidos por uma sociedade industrial são eternizados através da arte – o objecto-artístico; durante todo o século XIX, sensivelmente, criaram-se novos objectos-património. Se no primeiro caso, nos reportamos à normalização, banalização, no segundo, reconhecemo-nos nos objectos de excelência, codificados com uma sociedade desapossada – igreja, nobreza, quer no que respeita aos bens imóveis, quer aos móveis.

A maioria das vezes, assistiu-se, ao desmembramento integral, destes espaços de vida, esvaindo-os de significância, retirando-lhes os objectos do quotidiano e investindo-os de um reconhecimento artístico. Para os bens móveis encontraram-se soluções expositivas, museais, criando-se alas para as novas deambulações silenciosas, votadas de um novo sentido espiritual e de cultura. Olhar mas não tocar. Respeitar e silenciar. Sentir e aprender. Percorrer e não viver. Podem ser alguns verbos que mais se adequam a estes novos locais de culto moderno. Percursos montados e pensados por outros, donos de um novo poder e saber, fazendo-nos a reconstrução do que foi, repondo o possível do intangível. Quanto aos bens imóveis, a sua natureza monumental, permitiu-lhes a passagem a uma nova categoria função – o Monumento. Claro que muitos dos objectos tornados monumento, e reconhecidos como

tal, não sobreviveram na convulsão dos tempos.

Desintegrados do contexto de vida, palácios, igrejas, conventos, mosteiros, castelôs, assolam a paisagem construída, garantem uma identidade de memória e fornecem à nova classe ascendente – burguesia – matéria-prima que poderá instrumentalizar, criando e construindo um passado assente em valores reconhecíveis com um discurso domesticado do passado. Já não temos o cronista a escrever os feitos reais, não temos as grandes epopeias clássicas descritas em forma de poemas épicos, mas temos algo mais substancial, uma nova classe a escrever memória através de edifícios e objectos, por si desapossados e por si repostos.

A parca historiografia do percurso patrimonial, de cerca de dois séculos, do mundo ocidental, especialmente entre nós, dá-nos nomes fundamentais para a preservação e reconstituição de uma memória colectiva recente, assente nos vestígios materiais do passado, empossando os monumentos de um valor de referência para a identidade e, por vezes já, a própria cidade, reconhecida numa urbanidade antiga, pelo menos. Nomes como Ruskin, Alois Riëgel, William Morris, Camillo Boitto, Alexandre Herculano, Possidónio da Silva, transmutam-nos o aproveitamento institucional e de construção de um património unívoco, na essência de uma cultura imperdível, transpondo a efemeridade do tempo cada vez mais célere e cadenciado. Estas peças soltas são as âncoras da continuidade, de uma continuidade tranquila num devir incerto e abrupto. Falam-nos de critérios, de conservação, de arte, de demolições, do tempo, de um tempo, dos primeiros sistemas oficiais e estatais de registo e tratamento patrimonial em série, quantificado. Inventários, contagens, números, bens, objectos inscritos e recenseados para não se perderem, olvidarem, ou para se destruírem com identificação. Tipo, aqui jaz o Convento de Arroios de Lisboa. Data de nascimento e morte. Já não possuímos o bem, mas retivemo-lo através da sua destruição, pela imagem que de si fica, pelo potencial de estudo para a História da Arte ou das ordens religiosas em Portugal, por exemplo. O espaço de vida fica sustentado, muitas vezes, pela informatização de toda esta informação, hoje em dia claro. Como se um espaço se resume e se reveja nesta recolha de informação sobre um objecto! E portanto, passível de se perder. Cumpriu-se a salvaguarda. Como acontece, geralmente, no sub-solo com os vestígios arqueológicos.

A herança de um passado estável parecia, assim, garantida através do estudo da sua destruição ou da sua glorificação. A memória não estava comprometida, pois podíamos percorrer as tais peças soltas de um passado total, dadas e sugeridas como o imperdível desse tempo. Chegando ao presente um conjunto de monumentos, de lugares e de objectos como fazendo parte de nós. Ainda não havia o perigo absoluto da coisificação do objecto, ou da análise do objecto pelo objecto, ainda existiam uns laivos de cultura ancestral que sustentavam e ligavam estes dois diálogos o oficial e o herdado e sedimentado pelas práticas sociais.

## **O fio irá quebrar-se algures**

Todos têm a experiência de ter visitado alguns palácios. O de Versailles, muito restaurado, é um dos novos lugares de peregrinação, centenas de pessoas por dia o percorrem. Faz-nos pensar na democratização deste fenómeno – o património é de todos, da possibilidade de aceder a este mundo destinado inicialmente a um universo tão pequeno de pessoas. Este património, museal ou edificado, é “incutido” num discurso normalizador da cultura, da obrigatoriedade das escolas, da obrigatoriedade de todos, causando mau estar quando se percebe quantos não se revêem nesta cultura. Muitos, não se revêem nesta, nem em nenhuma. Este é o problema. Um problema até de estabilidade social e emocional colectiva.

Trabalhar quotidianamente com o património, viver na cultura de massas, acéptica e feita para uma média (?), regulando e anestesiando possibilidades de pensamentos divergentes, onde este património parece ser a alternativa ao discurso demagógico dos media e dos desnordeados políticos que exploram e destroem o património/os inconscientemente, requer reflexões profundas, que analisem a natureza ontológica do próprio legado patrimonial, de modo, a refundá-lo, a amá-lo e a senti-lo como seu, como nosso. Reflexões que deveriam ser transversais à sociedade, reposicionando conceitos de entivação patrimonial, de actuação e de destruição.

Um relance de olhar sobre a bibliografia apresentada parece obrigatório. Marc Guillaume, por exemplo, faz-nos pensar o outro lado do património, reposicionando-nos conscientemente face às questões de salvaguarda, de um modo mais lato.

Analisando detalhadamente o “enigma” do património, como refere o próprio Marc Guillaume, quebra-se, como que por encantamento, esse discurso sustentado por um devir cultural, transpondo-nos para a essência das coisas. Relega-nos para um domínio do consciente, o consumo ou a protecção por atacado, perde ainda mais a sua importância, imiscuindo-se com a massificação e produção do saber de hoje, com o individualismo, com a ausência de transcendência, com a “confusão” generalizada das sociedades modernas.

Poder-se-á dizer que há uma perda de magia ou de inocência sobre este mundo material no qual nos revemos, do qual precisamos. A certeza de que o património é um regulador social utilizado e fomentado pelo poder instituído e explicado através das mutações da natureza da própria sobrevivência da civilização ocidental destes últimos três séculos, sensivelmente, rivaliza com a noção cultural mais elevada do belo, da arte, da cultura como um fenómeno indissociável à mudança e evolução intrínseca do próprio Homem e, por isso, “livre” e plural.

O sentimento de impossibilidade para derivar de um discurso patrimonial divergente, remete-nos para uma herança sentida como um fardo, e não como um elemento essencial à vida das próprias sociedades. Quem cuida do passado? O pre-

sente, em harmonia com esse passado, ou em ruptura acentuada, não o reconhecendo como essencial para o futuro. Onde ficou o tempo?

O tipo de relação que o Homem tem com o tempo, a perenidade ou a efemeridade dos gestos, o significado que atribui a um objecto no quotidiano de vida, e a forma como o considera importante para a sua sobrevivência e equilíbrio, parece ser um dos aspectos fundamentais desta obra.

Esta relação com o tempo e com o passado é analisada de acordo com a base cultural/desenvolvimento económico-político da sociedade. Criando uma dicotomia comportamental face ao passado, dependente da natureza da sociedade-simbólica em articulação com o passado, ou moderna, em ruptura com o passado. A primeira vive de um sincretismo entre o objecto, e a carga espiritual ou simbólica do mesmo, assegurando nas práticas quotidianas a sua importância e dimensão insubstituível, e a segunda caracterizada por políticas de património colectivas, que evocam apenas os objectos materiais para permitir a visibilidade do passado, onde este objecto já não desempenha a sua função inicial, o seu valor de vida. A sua retenção física tenta superar a perda do simbólico. O objecto em si, forma-função do passado a transmitir para o futuro. O objecto como suporte de memória.

Marc Guillaume explica o percurso da conservação material das sociedades modernas através de uma dissecação da sua estrutura psíquica que fomenta a acumulação objectual, subvencionado pelo poder político. Cria, assim, um complexo e vasto léxico conceptual que nos permite a passagem para um mundo mais íntimo, pertencente à interioridade do património, às regras de sobrevivência de si. Este campo lexical integra uma espécie de escatologia, de ordem que assenta em alguns pilares de sustentação do universo do tempo, como – *conservação; memória; monumento / museu; património; objectos / objecto memorial, de sutura; vestígios; colecção; nostalgia; esquecimento, materialidade, consumo, consumação, repetição, série, suspensão da destruição, melancolia, transcendência, sociedades industriais modernas, sociedades tradicionais, holismo, heterologia*, e outras variedades destes significantes que dissecam um trabalho a realizar com o passado. Encontram-se criadas várias entradas para um dicionário que se venha a realizar sobre o património.

Os conceitos operatórios criados, e outros derivantes, são utilizados profusamente ao longo do texto, cumprindo a sua função de explicitar profundamente a mágoa e a nostalgia de um tempo perdido, remetendo-nos para a inexistência do simbólico na construção actual do património a legar ao futuro. Reconhecido como um novo valor, outro produto da sociedade industrial, o património colectivo, memória de todos, integra como é referido, por vezes, um trabalho de luto sobre a própria sociedade que o cria e fomenta. Este “valor de refúgio” identificado com a construção de um passado material parece ser a única possibilidade que o Homem

moderno encontrou para a superação do próprio tempo, que se escapa na sua essência, pois já não há uma vivência efectiva com estes objectos.

Parece tratar-se de um trabalho artificial. Uma luta constante contra o devir natural da perenidade, vivida, nos dias de hoje, com uma voracidade imensa. A suspensão do tempo. Os novos sistemas construtivos, os planos de urbanização constantes, a modernização de tudo, o vertiginoso ritmo tecnológico, o imperioso consumo de um mundo novo, arreda e preenche, aparentemente, este passado mais consolidado.

A solução diagnosticada para repor uma ordem aparente, profusamente emolurada pela novidade, assenta no avolumar constante de objectos. A "memória objectual" amplia-se durante todo o século XX. À medida que a sociedade vai deixando de lado, sem função, um número cada vez maior, de objectos imóveis ou móveis, maior necessidade há em empossá-los na sua nova função de património cultural. Um todo indissociável, transforma-se em breve, em memória oral, em material de arquivo cartográfico, fotográfico, fonográfico, ou outro, quando não se assiste à sua perda irremediável.

Trata-se, afinal, da perda de identidades cada vez mais próximas, mas que marcaram profundamente o desenvolvimento civilizacional. As respostas a um fim funcional repetem-se. Integram-se e criam-se novas listas de património a classificar, criam-se novas tipologias patrimoniais, tipologias que correspondem à essência das diferenças de vida e de culturas existentes até então, e possíveis de conhecer-reconhecer só através dos objectos renegados pelo progresso, a partir de agora. É o caso do património industrial, marítimo, rural, ferroviário, etc. Vestígios materiais construídos em menor tempo que os seus antecessores e que desempenharam a sua função inicial por um período de tempo, menor, geralmente. É a catalogação da própria vida, é o enlencar dos objectos que até há cerca de 10-20 anos eram património de comunidades vivas, constituindo universos e referentes de vida individuais.

A antecipação da resposta a um desmembramento anunciado é considerá-lo um bem patrimonial, pois o seu "fim" prevê-se para breve. A contextualização e a tentativa de perpetuar a vida ao objecto é testado num conceito de maior abrangência patrimonial – a "eco-conservação".

Guillaume lúcido, acutilante, identifica pertinazmente a natureza dos problemas de perpetuação de uma memória plural, diversa e ligada à vida, contrapondo-nos uma realidade composta por uma selecção e delapidação dos objectos a legar ao futuro, sempre intencional. Escolha, que implica subjectividades, ausências referenciais significantes para muitos, mas ignoradas, na maioria das vezes, por quem decide, por quem constrói um discurso político em torno de um património de todos. Remete-nos, também, para o empobrecimento da carga simbólica dos objec-

tos, herdando, hoje, as nossas sociedades um punhado de bens materiais, vestígios soltos, remetidos ao silêncio ou empossados de um novo código de saber.

A ansiedade vivida hoje, auscultando constantemente o tempo, numa tentativa de tudo querer guardar, não se cuidando da própria vida, remetendo-nos para os novos ícones da Arte Pop, consolida a perda da memória simbólica. O objecto pelo objecto.

Livro escrito, há 23 anos<sup>1</sup>, antecipa o retrato agonizante de uma civilização, que se tenta rever na “memória objectual”. *Inconsolável civilização que recusa a alma mas acumula os restos e os signos, que exclui mas ao mesmo tempo quer tornar tudo visível.*

A dissecação deste livro deixa-nos, contudo, um profundo mal estar, porque não identifica um caminho de alternância, uma perspectiva que nos abrigue de uma intempérie identitária, memorial ou rememorativa. E agora? Que fazer?

Encontra-se descodificado o âmago do património, permitindo-nos e obrigando-nos a reflectir, devendo contribuir, de sobremaneira, para a inversão desta nervosa tendência da preservação. Prevê-se, no entanto, um futuro mais angustiante e esvaziado de alma, descobrindo os objectos na sua faceta de vestígios de um tempo inexistente, quebrado algures.

Parece-me, porém, que não resta outra alternativa à integração cumulativa de objectos, pois correspondem às mutações operadas pelo desenvolvimento, desaparecendo as relações humanas que lhes deram vida. A conservação surge, quase sempre como oposição à inovação, não sendo, ainda, entendida como a própria inovação ou a mediação para um tempo futuro. Refuncionalizar, reutilizar são caminhos que muitas vezes desapossam, também, os objectos da sua essência, sendo os restauros outro dos responsáveis pela sua desvirtualização.

Os objectos dessacralizados revestem-se, no entanto, de uma fenomenologia do sentir. Relembre-se a evocação que muitos testemunhos materiais do passado provocam no sujeito que os tenta conhecer. Havendo uma perda assumida face ao valor simbólico inicial, a laicização e a racionalização da civilização ocidental, legou um punhado de objectos que vivificam através de quem os redescobre.

Tanto Françoise Choay como Michel Lacroix falam do valor afectivo da memória, permitindo perscrutar um caminho para uma escolha do modelo de sociedade pretendido. Com ou sem património. Com ou sem identidade. Integrar ou ignorar. Mesmo que de objectos se tratem, cada vez mais inscritos em paisagens e conjuntos, como uma resposta aos conflitos que a conservação objectual encerra em si. Penso

---

<sup>1</sup> A edição em português deve-se a um conjunto de esforços determinantes que o Prof. Vítor Oliveira Jorge desenvolveu. Aliás, a apresentação que faz do autor e do texto *Política do Património*, merece toda a nossa atenção.

que é este o sentido da sua preservação e da sua manutenção para o futuro, mesmo que simbolizem, também, um corte entre um tempo passado, o presente e o futuro.

## II. O PATRIMÓNIO E AS EMOÇÕES

Advertidamente o poder político teve a percepção de que o património poderia preencher, de certo modo, a ausência da transcendência religiosa, marca das sociedades modernas. O património veiculado pelo Estado, entidade que passa a incorporar uma outra dimensão, substitui um apostado vazio espiritual cumprido pela extinção das ordens religiosas, por exemplo, interiorizando um desempenho paternal, protector. Laicização, racionalismo, positivismo apostaram em atribuir um papel memorial a objectos materiais que eternizassem o devir do Homem, nas suas múltiplas relações com o tempo e com a História. Fomenta-se uma cultura ocidental assente na crença do próprio Homem. Mas os objectos patrimoniais desempenharam, ainda, um papel memorial e relacional de natureza diversa.

As emoções, afectos para Espinosa, constituem, segundo este filósofo, um pilar central da humanidade. Qualquer ser vivo, porém, desenvolve um conjunto de reacções a um determinado objecto, aproximando-se ou retraindo-se, comportamento idêntico regista-se face a uma situação.

António Damásio refere que as emoções são *coleções de respostas "reflexas" cujo conjunto pode atingir níveis de elaboração (...) extraordinária*. Distingue, contudo, dois tipos de reacções – as inatas e as aprendidas – as culturais ou dependentes da experiência individual. Pode, assim, determinar-se, culturalmente, quais os objectos ou situações que devem ser destacados, obtendo-se com esta selecção um controlo interaccional com a envolvência criada, regulando-se o organismo para alcançar um nível de maior equilíbrio, seria o objectivo desejado. *É isto que os humanos têm feito há séculos quando seguem certos preceitos sociais e religiosos que modificam o ambiente e a nossa relação com ele. (...) Algumas reacções podem ser modificadas, especialmente quando controlamos os estímulos que as provocam*<sup>2</sup>. A própria educação tem como uma das finalidades principais construir uma resposta *a priori* ao objecto, acomodando, regrido, de certo modo, as respostas emocionais.

As emoções, instrumento natural que o Homem dispõe para avaliar o ambiente envolvente e preconizar um conjunto de respostas adequadas, desempenham uma função reguladora da própria vida, cujo desiderato é levar à *sobrevida* e ao *bem estar*.

---

<sup>2</sup> Cf. DAMÁSIO: 2003, p. 69.

A escolha dos objectos que o Homem seleccionou ao longo dos tempos encontra-se directamente articulada com a sua própria sobrevivência, enquanto ser espiritual também, procurando os objectos que possam desencadear reacções – emoções fortes ou fracas, boas ou más, conscientes ou não. Existem mesmo os objectos emocionalmente competentes derivados de motivos evolucionários e os outros dependentes, uma vez mais, da experiência individual. Objectos que alimentam a memória emocional, a qual entra em cena quando esses mesmos objectos interagem com o sujeito, provocando em si os tais estímulos emocionalmente competentes.

As emoções são as ferramentas básicas indispensáveis à regulação da vida, desempenhando um papel homeostático<sup>3</sup> imprescindível à sobrevivência. Se as emoções pertencem ao campo da regulação da própria vida, procurando-se educá-las com o objectivo maior de o Homem alcançar uma harmonia que contribua para o seu bem estar e os objectos seleccionados são um dos elementos exteriores que permitem ao sujeito uma construção interna do seu equilíbrio, podemos referir que estes contribuem, também, para uma espécie de *programa geral de regulação biológica*.

Sublinha-se para a análise que pretendemos fazer, que não é possível dissociar-se o estabelecimento por parte do Homem de um apuramento dos comportamentos éticos, da memória, de instituições, de regras, em suma, do funcionamento geral do grupo social de uma explicação neurobiológica, que, aliás, devia estar em articulação interdisciplinar com outras ciências como a sociologia, a psicanálise, a antropologia, a ética, etc., etc. *Talvez possamos um dia compreender um pouco melhor como a biologia humana e a cultura interagem e até como o ambiente social e físico interagem com o genoma da história da evolução*<sup>4</sup>.

O património como regulador automático da vida aparece, assim, como um elemento basilar da estruturação da conduta do Homem. A “memória objectual”, ainda que limitada, recruscede e amplia a sua importância e significado na manutenção homeostática da vida. Os objectos patrimoniais causadores de emoções, promovem um desencadear de sentir em torno do objecto, do objecto em relação com outros objectos e do objecto com a memória emocional, contribuindo para a auto-preservação do Homem. A procura do bem estar, ainda que empiricamente, está associada à preservação do património.

Os objectos desapossados do seu valor simbólico adquirem uma nova aura. O valor emocional reconhecido pelo sujeito que os redescobre numa outra função, num outro papel, permite, a este legado material, grangear uma indispensabilidade para as sociedades, nomeadamente, para as que se aproximam dos modelos ocidentais.

---

<sup>3</sup> A homeostasia descreve o conjunto de processos de regulação e, ao mesmo tempo, o resultante estado de vida bem regulada. DAMÁSIO: 2003, p. 46.

<sup>4</sup> Cf. DAMÁSIO: 2003, p. 194.

Aliás, os objectos patrimoniais, por mais cumulativos que se possam transformar, construindo listas entediantes e desconexas de bens, são os que parecem constituir o “ferrolho emocional” atemporal. A possibilidade que um objecto tem em nós de nos proporcionar emoções reguladoras positivas, atribui ao património uma função que colmata esse tempo descaracterizado e sem identidade que nos assalta, numa integração da valoração do papel do próprio Homem que cria os instrumentos e os mecanismos da sua própria sobrevivência.

O perigo, pelo menos em Portugal, é que este papel fundamental e homeostático que os objectos reconhecidos detém, como um valor do património cultural, não é entendido como fundamental e indispensável à regulação do bem estar das populações. O problema é que em Portugal, a cultura é renegada para um plano inexistente, quer se trate da cultura mais lapidar quer da mais plural, não permitindo ao sujeito que conhece a possibilidade de descobrir esse outro lado de uma apropriação emotiva-cultural do objecto. A realidade é que Portugal valorou de sobremaneira os objectos efémeros assentes numa sociedade de consumo volátil e sem identidade, por secundarização e ocultação dos objectos do património cultural, os poucos que ainda podem repor um bem estar social e emocional colectivo. E o património assume-se como o território, com todas as suas relações, abarcando cada vez mais uma pluralidade de formas de vida, de cultura. Só, assim, se compreende tanta e má construção civil feita em prol do progresso. Só assim se entende que em torno de Lisboa e na própria cidade exista um infindável número de centros comerciais de uma escala descomunal, e onde a Arte Pop já não cabe, perdendo-se a dimensão de um tempo longo e equilibrante dos objectos do passado, o tempo que também era reconhecido nos ciclos da natureza, que oculta se escuda nos parques naturais e se vende para os mais “singulares”, desvirtuando-os também – Vale do Garrão, Vale do Ancão – Ria Formosa, Parque Natural de Sintra-Cascais.

As emoções e o património parece ser o caminho a descobrir, numa tentativa de alcançar, de facto, a sobrevivência do próprio Homem – como sugere Michel Lacroix.

### III. ANESTESIA CONSENTIDA OU DESEJADA

Este diferendo entre o passado que deve integrar o futuro ou o passado que deve ser ignorado e suplantado pelo admirável mundo novo é mais acentuado, não só, na sociedade de consumo, mas fundamentalmente, na sociedade do espectáculo, estádio mais avançado e depurado de uma sociedade moderna e industrializada, sucedânea da primeira, refinando mecanismos de sobrevivência que colidem, muitas vezes, com um afastamento do tempo passado.

Com registo de nascimento para o ano de 1967<sup>5</sup>, a sociedade do espectáculo parece constituir uma nova vaga cultural do Portugal recente, assente nos pressupostos de um mundo da falsificação e da falsificação do próprio mundo.

É no governo do espectáculo que se deve buscar a exclusão do passado. O espectáculo comanda, altera, inverte e perverte as recordações, o poder memorial e rememorativo. Este domínio do acontecimento altera a percepção da realidade, produzindo uma outra versão que só interessa naquele momento e naquele contexto. A modelação do futuro opera-se por esta descontinuidade do presente que exclui, naturalmente, o passado. A própria renovação tecnológica incessante remete-nos para um presente perpétuo.

A herança antiga baseada nos livros, nas construções ancestrais, nos lugares de memória terá, necessariamente, de se extrair desta nova realidade, isto se esta se quiser preservar e manter.

O domínio da História, por exemplo, ou o domínio do conhecimento reveste-se de um inusitado desinteresse, pois a construção de um presente que quer esquecer o passado e que não acredita num futuro terá de eliminar todos os suportes de memória. O espectáculo sobrevive de uma magistral organização da ignorância, o que importa efectivamente é escondido. A banalidade ganha lugar de relevo, preenchendo os pensamentos dos que acreditam fazer importantes descobertas.

Com o fim da História, da fábula, do património, do tempo passado, da estrutura da regulação social, alcança-se um desejável caminho para um estabelecimento do presente sem dúvidas. *Com a destruição da História é o próprio acontecimento contemporâneo que se afasta imediatamente a uma distância fabulosa entre os relatos inverificáveis, as estatísticas incontroláveis, as explicações inacreditáveis e os raciocínios insustentáveis*<sup>6</sup>. Fomenta-se e desenvolve-se um pensamento espectacular empobrecido, treinado para perpetuar a ordem estabelecida. A desinformação e a contradição são meios ao serviço de um promocional modelo de vida esvaziado de significância. O absoluto é o momento. Do passado nada interessa, não estávamos lá, e do futuro nada nos incomoda, quem estará lá? O presente é assumido como o apogeu do novo arquétipo de felicidade, buscado nos instantâneos dos anúncios publicitários, por exemplo. O sonho consumado no objecto de consumo promovido pela imparável e implacável sociedade do espectáculo.

O que existe realmente não sabemos, a verdade é escamoteada. A confusão é tremenda entre o que é falso, verdadeiro, ou a réplica do verdadeiro ou falso, tanto faz. Pois, a construção do presente assenta, precisamente em olvidar o passado, não ter o futuro como certo, dando à informação um formato contínuo e circular ao

---

<sup>5</sup> Cf. DEBORD: 1995, p. 13.

<sup>6</sup> Cf. DEBORD: 1995, p. 28.

serviço desta anestesia colectiva, que se reconhece, cada vez mais, em menos coisas. A indiferença, o individualismo, o alheamento integram um conjunto de códigos completamente reconhecíveis nas banalidades que se sustentam pela construída ausência de referenciais.

Relevo uma citação que Debord também destacou – *sabendo que viveremos num mundo sem memória, onde, como na superfície da água, a imagem afasta infinitamente a imagem (frase proferida por um presidente da república francesa que exprimia inocentemente a alegria que sentia)*<sup>7</sup>.

Este apagamento intencional da memória, votando à clandestinidade um tempo passado, relega para um plano invisível os seus testemunhos, redefinindo um universo de pensamento desviante para os que defendem uma alternância à banalidade e à cultura de massas infrigida e não questionada. A surpresa do olhar recai para o que fica do passado, ignorado por quem os vê, e não para o desaparecimento intencional lançado pelas demolições constantes de tecido de cidade, social, cultural, de vida, por exemplo. Destruição consentida por uma mudança embandeirada em justificações de uma melhoria irrevogável da vida de todos, do bem comum (?), e aceite com descanso por todos. Para que servia? Já não temos de cuidar desse passado, que a ninguém interessa e que ninguém reconhece. O incómodo desapareceu. Continuemos em frente.

A anestesia da memória, quer através da ocultação de uma história geral, quer através da destruição de bens de natureza mais individual, radica sempre na ausência de um valor de referência, de uma memória afectiva. Cortou-se algures o fio do tempo. Não é pertença de ninguém. O próprio Estado, pelo menos em Portugal, tem dificuldade em deslindar o que interessa salvaguardar e a quem interessa, pois não há uma articulação cultural efectiva com o passado. A cultura de massas decorrente da sociedade do espectáculo, atribui um comportamento desviante a quem não comunga da banalidade, do vazio preenchido pela TV, pelas revistas que promovem a TV e os célebres e novos ícones, hoje endeusados, amanhã ignorados.

---

<sup>7</sup> Cf. DEBORD: 1995, p. 26.

Recorte de Jornal Público  
Sexta-feira, 15 de Outubro de 2004 – Percentagem

Os mais vistos

Programas	Canal	Aud.	Share
<i>Quinta das Celebidades</i>	TVI	19.7	48.1
<i>Jornal Nacional</i>	TVI	15.2	36.0
<i>Inspector Max</i>	TVI	13.0	39.1
<i>Os Super Malucos do Riso</i>	SIC	11.5	28.1
<i>Telejornal</i>	RTP1	11.5	27.4
<i>Jornal da Noite</i>	SIC	11.1	26.4
<i>Morangos com Açúcar</i>	TVI	10.2	32.0
<i>Baía das Mulheres</i>	TVI	9.8	43.4
<i>Senhora do Destino</i>	SIC	9.8	24.2
<i>New Wave</i>	SIC	9.7	26.6

Share diário por canais

RTP 1	2:	SIC	TVI	Cabo / Vídeo
23.6	4.1	27.8	32.9	11.7

Este recorte de jornal fala por si e não carece de comentários. O mal geral trespassa de imediato.

Claro que o universo televisivo insere-se num conjunto de mecanismos plurais, transversais a toda a sociedade, de controle e regulação da tal desinformação e fabricação de um presente translúcido de inexistência.

Fabricar um presente onde os objectos de referência, de memória do tempo de Proust parece utópico. Estamos, de facto, perante as novas utopias do futuro, pois o Homem já domina quase tudo com a tecnologia. O seu poder é imenso. A natureza encontra-se asfíxiada. Os velhos índios americanos já não podem reclamar a sua natureza sincrética e mágica. As utopias recaem no domínio de um tempo com sabedoria.

Banalizando a cultura, a vida, quão difícil é fazer integrar um passado reconhecido pelos seus objectos. O património aparece como uma dimensão a conquistar, dominando o tempo intranquilo da mudança. A ausência de políticas bem definidas em Portugal contribui abruptamente para um ruir constante da paisagem, enquanto marca cultural, assistindo todos a um claudicar anunciado. Quando se vão deixar de fabricar mais casas, mais centros comerciais, mais piscinas, mais auto-estradas, mais

rotundas, mais cimento, mais betão? Quando se irá olhar para a diferença e integrá-la? Quando deixaremos de nos banalizar? O país está a saque.

Quanto ao património o que parece merecer mais respeito acaba por ser o que foi estudado e anunciado como imperdível no século XIX e através das políticas ainda determinadas pelo Estado Novo. Continuamos a tratar com enlevo os mesmos temas consentidos até à exaustão, enquanto a diferença nos escapa por entre os dedos. Perdas consentidas e fomentadas. Perdas autorizadas por uma inexistência de objectivos claros por oposição a uma exaustão do governo da paisagem cultural e ambiental. O comportamento autista perante o património coloca efectivamente em causa uma sociabilidade e sociedade mais equilibradas, ainda que reguladas pelos objectos que promovem um bem estar e uma homeostasia social e cultural. Ignorar esta evidência biológica do próprio Homem é ignorar o próprio Homem.

Guillaume adverte-nos para os perigos de uma sociedade que se deixa empanurrar de objectos esvaídos de significância para quem os vive ou venha a viver. Julgo, no entanto, que o problema português é muito mais delicado e preocupante, pois o seu estádio encontra-se ao nível de um profundo desenvolvimento da sociedade do espectáculo, onde os objectos do passado não tocam as pessoas, onde a sua cultura ancestral foi sábia e rapidamente absorvida pela massificação, gerando-se um vazio de memória, de afecto pelo tempo abstracto do devir do Homem. Sei que existem outros países que estão com o mesmo universo comportamental, sofrendo do mesmo processo de adaptação ou reflectindo a sua própria idiossincrasia. O Património como um dos paradoxos do tempo presente!

A alternância à banalidade parece, assim, constituir um novo tempo de refundação, a implementar com a maior urgência. O património como sinónimo de uma identidade de referências e significados, afectivos de preferência, tem como função maior uma demanda contínua em busca do tempo perdido, de uma outra dimensão do próprio Homem, ainda possível, perscrutando essa regulação do bem estar social, pela ética, pela arte, pela cultura, pelo pensamento. Pela diferença.

O património terá, assim, de alcançar esse equilíbrio entre os objectos do passado e a integração de um novo tempo que o recupere e o acrescente por uma demanda da criatividade face a um amolecimento dos sentidos. O património terá de conquistar esse lugar que gravita algures entre o papel que os bens de consumo têm na sociedade pós-industrial e a significância que este detinha nas sociedades holistas, como refere Guillaume.

**BIBLIOGRAFIA**

- CHOAY, FRANÇOISE – *A Alegoria do Património*, Lisboa: Edições 70, 2000.
- DAMÁSIO, ANTÓNIO – *Ao Encontro de Espinosa. As Emoções Sociais e a Neurologia do Sentir*, 5ª Edição, Mem-Martins: Publicações Europa-América, 2003.
- DEBORD, GUY – *Comentários sobre a Sociedade do Espectáculo, Prefácio à quarta edição italiana de “A Sociedade do Espectáculo”*, Lisboa: *mobilis in mobili*, 1995.
- GUILLAUME, MARC – *A Política do Património*, Porto: Campo das Letras, 2003.
- LACROIX, MICHEL – *O Princípio de Noé ou a Ética da Salvaguarda*, Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- PROUST, MARCEL – *Em Busca do Tempo Perdido*, vol. 1, Lisboa: «Livros do Brasil», s.d.